

Televisão pública: um conceito em disputa¹

Liana Milanez²

Universidade de São Paulo

Resumo

Este texto traz alguns fatos recentes ocorridos com a Empresa Brasil de Comunicação, mantenedora da TV Brasil e mais oito rádios, além de Agência Brasil e Radioagência, sujeito de minha pesquisa de doutorado, juntamente com a Señal Colômbia, que integra a RTVC Sistema de Medios. A aprovação para tramitação do processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef pelo Senado Federal, que determinou seu afastamento por 180 dias e a posse do vice Michel Temer como presidente interino, não impediu a repetição do gesto dos governantes que assumem as instituições de Estado. Para refletir sobre o momento presente, e as heranças do passado, me valho da companhia de pesquisadores e estudiosos da TV pública em busca de um entendimento sobre esse tema hoje tão presente nas mídias e redes sociais deste país. Este texto não se conclui. É um caminho que a cada dia agrega novos episódios.

Palavras-chave: TV Brasil, Empresa Brasil de Comunicação - EBC, TV pública, Señal Colombia, comunicação pública.

O equívoco consiste em transportar a ideia de governo para processos que não o permitem.³

Daniel Innerarity

Uma frase ouvida de um dos membros da banca durante o meu exame de qualificação ficou reservada na memória. Era uma constatação que já vinha de outros tempos de pesquisa e também do exercício profissional, e que volta agora quando escrevo em maio de 2016. Pouco mais de um mês depois da qualificação, os fatos viriam despertar minha memória. “Uma gestão alinhada ao poder mata a TV pública”, foi a frase dita pelo Prof. Dr. Eugenio Bucci. Era o que se comprovava mais uma vez, depois de tantas que a história testemunhou, muito antes da criação, em 2007, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mantenedora da TV Brasil.

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda pelo PROLAM/USP, email limilanez@gmail.com, sob orientação da Profª Dra. Cremilda Medina.

³ INNERARITY, Daniel. A transformação da política. Lisboa: Teorema, 2002, 24.

As mudanças de gestão das emissoras de comunicação pública nas trocas de governo, mesmo que interinos e temporários, foi a premissa dessas instituições. Desde meados do século passado essas emissoras geridas com recursos governamentais são tratadas como objetos de estimação temporários, jogados de um lado para outro pelos governantes de plantão. Mudam de dono sem escolha própria, ou melhor, de seus conselhos - curador, de administração ou deliberativo. Esses têm sido, ao longo dos tempos, figuras decorativas para respaldarem as deliberações partidárias dos ocupantes do governo e, raramente, ouvidos pelos mandantes, como relatarei alguns episódios na tese.

E esse movimento aconteceu mais uma vez. A aprovação para tramitação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Roussef pelo Senado Federal, que determinou seu afastamento por 180 dias e a posse do vice-presidente Michel Temer como presidente interino, não impediu a repetição do gesto dos governantes que assumem as instituições de Estado. Ainda se confunde público, estatal, com o governamental. Esquece-se de que este “público” representa a sociedade, os contribuintes, que pagam pelos serviços para uma *comunicação pública, isenta, independente e cidadã*⁴. Permanecem as questões que permearam todo o processo de pesquisa: por que a EBC criada neste século XXI depois de um longo período de discussões que se desdobraram a partir dos anos 1990 e culminaram com o I Fórum Nacional das TV's Pública em 2007 ainda mantém as características de uma emissora governamental? Por que a independência ainda não é ampla e os governantes continuam nomeando seus gestores, como em outros órgãos estatais? Onde se errou na criação da EBC para esse formato que a alinha ao governo?

E os fatos recentes comprovam esses questionamentos. Os acontecimentos políticos atingiram a EBC cinco dias depois da votação do processo de impeachment da presidenta no Senado Federal. No dia 17 de maio, o presidente interino Michel Temer exonerou o diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo, e nomeou para ocupar o cargo o jornalista Laerte Rímoli. Melo fora nomeado pela presidenta Dilma Roussef, dias antes de o Senado afastá-la temporariamente do cargo. No mesmo dia de seu afastamento, Ricardo Melo entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) “para pedir a suspensão da medida tomada pelo presidente em exercício Michel Temer”. (OESP, 2016, A5) Segundo o

⁴ E este não é um sonho recente. Já no final do século passado as televisões públicas do mundo se reuniam anualmente em torno do International Public Television Screening (INPUT), para analisar as estratégias dos governos, sociedades, produtores e realizadores utilizavam para reivindicar a televisão pública como o lugar social de todos, como uma alternativa audiovisual de encontro da sociedade, de fomento dos direitos dos cidadãos, e de reconhecimento da pluralidade social que nos habita. (Cf. RINCON, 2002, 28)

jornal O Estado de S. Paulo, a defesa de Melo afirmava que sua exoneração, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 17 de maio, fora um “ato arbitrário, abusivo e ilegal”. O advogado argumentou que a EBC é uma empresa pública, não estatal, e que por isso o mandato do presidente da instituição é fixado em quatro anos, independente de quem assuma o governo. (OESP, 2016, A5).

A troca não durou muito, mas já bastou para o presidente nomeado por Michel Temer demitir ocupantes de cargos de confiança, como assessores, gerentes e coordenadores. Ato contínuo, nomeou substitutos para a maioria dos cargos. Logo chegaria a revanche. No dia 1º de junho, o ministro do STF, Dias Toffoli, deu seu “aval para que o jornalista Ricardo Melo reassuma suas funções de diretor-presidente da EBC, estatal criada em 2007 para gestão das empresas de TV e rádio do governo federal”, informou o jornal Folha de S. Paulo. (FSP, 03/06/2016, A6).

Mandos e desmandos

Não foi um fato novo nas trocas de governo. O que difere, nesse caso, é que nos oito anos da EBC as trocas de gestores foram de acordo com a lei que a criou, ao final dos mandatos de quatro anos da diretoria, com uma exceção. O terceiro diretor-presidente nomeado por Dilma Rousseff pediu seu afastamento sete meses depois, como será narrado na tese. Américo Martins substituiu Nelson Breve, que se manteve no cargo por quatro anos, retornando ao antigo posto que ocupava na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM). Vale destacar que nesses oito anos de EBC, o Brasil foi governado por um mesmo partido, o PT, e com as mesmas alianças políticas. As mudanças e, como consequência, as discontinuidades observadas na história das emissoras educativas, culturais ou públicas, como já se nomearam, ocorriam no rodízio de poder, quando partidos distintos assumiam os governos, ou por outros fatos como serão relatados.

O alvoroço que neste maio de 2016 invade a EBC e seu carro chefe, a TV Brasil, fortalece as questões desta pesquisa que também mobilizaram a atenção de outros pesquisadores, como Teresa Otondo, em seu estudo que culminou com a tese e livro *Televisão Pública, para quem e para quê?* (2012); Eugênio Bucci com inúmeros artigos e o livro *O estado de Narciso* (2015), entre tantos outros brasileiros e latino-americanos, como Omar Rincón, entrevistado para esta tese (em Bogotá, 2015).

A EBC, que surgiu como uma nova proposta que encerraria o ciclo das televisões até então mantidas pelo Governo Federal e pelos Estados, vem repetindo o mesmo modelo das emissoras surgidas na ditadura, ou seja, opera sob cabresto dos governos. O cataclismo que se abate na EBC neste 2016 cresce de intensidade dia a dia. O retorno do diretor-presidente ao seu posto com a readmissão de alguns afastados por Laerte Rímoli não cessou a gana do Governo Federal. Pelo contrário, a decisão de Ricardo Melo de chamar um dos apresentadores demitidos, Luís Nassif, para entrevistar Dilma Roussef, pode ter sido um “tiro no pé”. A entrevista foi ao ar na quinta-feira, 9 de junho, depois de ter sido suspensa a transmissão, como estava anunciada, no dia 6 de junho. Assim o jornal O Globo se referiu em seu site:

Ricardo Melo, o presidente da EBC, suspendeu a exibição da entrevista de **Dilma Rousseff** com Luís Nassif, que seria agora à noite, após uma reunião com o sindicato de profissionais da empresa pública. Os servidores afirmaram que uma entrevista conduzida por Nassif, cujo contrato foi rompido, seria irregular. Melo disse que pretende ainda que a EBC faça entrevistas com Michel Temer, Renan Calheiros e Ricardo Lewandowski.⁵

A repercussão do afastamento do presidente da EBC, Ricardo Melo, a nomeação de Laerte Rimoli, e o retorno do primeiro dias depois ganharam espaços nos jornais brasileiros. Colunistas, como Eugenio Bucci⁶ (*Temer errou com a EBC*), a ex-presidente da EBC Teresa Cruvinel⁷ (*Futuro da EBC em risco*), escreveram sobre o gesto de Temer com análises sobre o papel da emissora pública e os compromissos desta com a sociedade. As notas sobre as intenções de Temer em relação à EBC continuaram ocupando a atenção da mídia impressa e digital. Entre maio e junho a empresa frequentou com assiduidade espaços de reportagem e colunas dos principais jornais brasileiros. Já antes do impeachment, no dia 4 de maio, *O Estado de S. Paulo* dedicou mais de meia página à empresa, com o seguinte título e subtítulo: *Troca na EBC chega em fase turbulenta – Ricardo Melo é o novo diretor-presidente de empresa pública hoje questionada por servidores*. A reportagem informava que a presidenta Dilma Roussef havia nomeado o jornalista Ricardo Melo como diretor-presidente para um mandato de quatro anos. E ia além, já antecipando o que aconteceria dias depois:

⁵ <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ebc-suspende-exibicao-de-entrevista-de-dilma.html> (acesso em 07/06/2016).

⁶ Temer errou com a EBC. OESP, 26/05/2016. <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/temer-errou-com-a-ebc,1000053509>. Acesso em 26/55/2016

⁷ Futuro da EBC em risco. FSP, 02/06/2016.

A escolha do novo chefe do órgão ocorre no momento em que a equipe do vice-presidente Michel Temer avalia mudanças bruscas na política de comunicação, com o enxugamento dos custos da empresa, diminuição do orçamento de publicidade das estatais e o fim da contratação de veículos limitados à divulgação de textos opinativos, caso de Dilma seja afastada (OESP, 04/05/2016, A11).

O diagnóstico da empresa feita pelo jornal colocava mais argumentos aos acontecimentos que viriam após votação pelo Senado Federal da tramitação do processo de impeachment. “Atualmente, a empresa de comunicação do governo possui 2.563 funcionários nas redações da Agência Brasil, TV Brasil, Portal EBC, Canal NBR e oito rádios, incluindo a Nacional e a MEC, sendo 178 deles em cargos de confiança, livre provimento sem vínculo com a administração pública e um orçamento de R\$ 538,5 milhões.” Também relatava os constantes movimentos de greve dos empregados da EBC, que reclamam dos privilégios dados pelo Planalto a um grupo de 51 pessoas, “entre servidores de carreira e comissionados, com salários que chegam a R\$ 32 mil, fora as gratificações”. (Ibid)

A admissibilidade do processo de impeachment foi votado no dia 12 de maio e cinco dias depois começaram a borbulhar notas, matérias e colunas em sites e jornais. Depois de noticiar o afastamento do diretor-presidente no dia 17/05, e o seu retorno quase imediato, a empresa não teve sossego. As matérias e artigos se multiplicaram com alguns títulos que destaco aqui: *EBC cancela contrato polêmico com jornalista Sidney Rezende* (OG, 21/05/2016); *TV Brasil programa entrevista com Dilma* (OG, 05/06/2016,10); *A TV chapa-branca* (editorial OESP, 07/06/2016, 2); *EBC poderá ser extinta* (chamada capa OG, 11/06/2016, 1 e 2); *Um mês depois – Foco de resistência, EBC é alvo do governo Temer*, (OG, 12/06/2016, 5) foi a chamada principal. Dividiam a página mais duas matérias com o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (*Padilha admite que Planalto pode extinguir TV Brasil*), e a outra com a presidente do Conselho Curador da EBC, Rita Freire (*‘Em 10 dias, se tocou o terror ali dentro’ diz conselheira*).

Em 16/06/2016 (FSP, A3), a presidente do Conselho Curador, Rita Freire⁸ escreveu o artigo *A disputa pela EBC* defendendo a instituição. “A Empresa Brasil de Comunicação vem sendo alvo de ameaças de desmonte feitas pela equipe do presidente interino Michel Temer”, afirmou na abertura do texto. Freire fez críticas à exoneração do diretor-presidente, Ricardo Melo, “enquanto exercia um mandato protegido por lei” e à indicação de Laerte

⁸ Jornalista pela Faculdade de Jornalismo da Fundação Casper Líbero, pós-graduada em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, editora e gestora da Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada, além de dirigente da Compas.

Rímoli para o comando da EBC. Lembrou que dez dias depois Ricardo Melo retornou ao cargo por “força de liminar do ministro Dias Toffoli”. A presidente do Conselho Curador destacou que os recursos da EBC mantêm um conjunto de emissoras de rádio além da TV Brasil, “esta que os detratores querem medir pela audiência, mas cujo conteúdo desconhecem”. (FSP, 16/06/2016, A3). Freire descreveu diferenciais da programação e encerrou afirmando que a EBC precisa, urgentemente, desvincular-se da Presidência da República e separar sua missão pública da prestação de serviços ao canal de TV NBR. Este, sim, é do governo federal. O restante é nosso”, encerrou assim seu artigo.

A presença da EBC na mídia continuou. No dia 25 de junho foi a *Folha de S. Paulo* que dedicou seu editorial à empresa. *Canal chapa-branca* foi o título do texto que abriu assim: “Era de prever e foi previsto neste espaço: as EBC (Empresa Brasil de Comunicação) nasceu e cresceu como aparelho de propaganda a serviço do governo de turno”. Depois de breve descrição sobre a criação da EBC e algumas críticas, o editorial faz seu prognóstico: “A EBC nunca será de fato autônoma, com o PT ou outro partido.”(FSP, 25/06/2016, A2)

O tema da desvinculação do governo mereceu amplos debates durante a realização o *Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva*, que acompanhei em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto de 2015. Com a participação de entidades da sociedade civil, pesquisadores, autoridades e funcionários o seminário abriu os trabalhos com a leitura das contribuições enviadas antecipadamente pelos participantes. O primeiro texto foi o do Conselho Curador, lido pela Conselheira Rita Freire, então vice-presidente do Conselho (assumiu a presidência no dia 09/12/2015). Transcrevo algumas das colocações:

Um tema comum a todas as contribuições recebidas está relacionado à sua autonomia. Queremos que não seja só a vinculação e financiamento, mas aquela autonomia ampla que pode incidir na programação – poder dialogar com a sociedade. Essa autonomia depende de um empoderamento das equipes da EBC. Essa falta impacta a qualidade. Precisamos que esse seminário nos ajude a construir empoderamento e pertencimento.

De acordo com o documento final do seminário⁹, dividido por eixos¹⁰, a discussão levantou a questão da autonomia e a vinculação com a Secom como pontos nevrálgicos. Também defendeu a separação da EBC Serviços da TV Brasil, para evitar que a sociedade

⁹ Disponível em: <http://www.etc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2015/10/publicado-documento-final-do-seminario-modelo-institucional-da-etc> (Acesso em junho 2016)

¹⁰ Os eixos foram: Autonomia e Vinculação; Financiamento e Sustentabilidade; e Gestão de Conteúdo e Participação Social;

veja a “emissora pública” como “emissora governamental”. No texto lido pela jornalista Priscila Kerche, como representante da comissão de empregados da EBC, este tema assim foi destacado:

[...] apesar de a autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo, estar prevista em sua lei de criação, nós temos visto nesses anos de existência da EBC, uma relação árdua entre a empresa e o governo federal, em busca dessa autonomia.

De acordo com a representante dos funcionários, é fundamental o estabelecimento de um mecanismo de indicação dos dirigentes da empresa que não seja vinculado ao governo, que privilegie o histórico de atuação na área da comunicação pública e o corpo próprio da empresa, e que garanta que a sociedade seja ouvida em sua indicação. “A falta de regras na nomeação de cargos de livre provimento e a nomeação pela presidência de cargos e de representantes nos espaços de participação social prejudica, e muito, o conteúdo que vai ao ar em nossos veículos”. Sobre as indicações políticas, afirmou que é de conhecimento público a alternância de cargos assumidos na Secom e na EBC por determinados profissionais. É muito comum que o próprio governo enxergue a EBC e a EBC Serviços, TV Brasil e NBR, como se fossem a mesma coisa”.

Cito as repercussões dos jornais e parte das reflexões do seminário promovido pelo Conselho Curador para mostrar que o tema TV pública mobiliza hoje – a favor e contra – um boa parte do público. São os movimentos sociais, as entidades que compõem o Conselho Curador, o Fórum de Democratização da Comunicação, Sindicatos de Jornalistas e Radialistas, Federação Nacional de Jornalistas, entre outras entidades da sociedade civil, as mesmas que se mobilizaram para a realização do Fórum Nacional de TV’S Públicas, em 2007, e que deu origem à criação da Empresa Brasil de Comunicação. Estaria, porém, a atual circunstância elevando o tônus da crise estrutural?

O que entendemos como televisão pública?

Antes de tentar responder questões inicialmente propostas neste texto, entre muitas outras que surgirão ao longo desta pesquisa, persisto na sugestão de minha banca de qualificação para eleger o conceito de televisão pública que me guia neste estudo. Munida de diversos estudiosos e pesquisadores me dei conta de que, quando tentam se referir a esse conceito, imperam os temas que envolvem independência, autonomia e financiamento. Da

reflexão recolhi algumas descrições sobre o significado de “televisão pública”, segundo Eugênio Bucci¹¹, um “significante em disputa”.

Início a tarefa com um conceito que vi pela primeira vez quando presidia uma emissora pública¹² e este se configurou uma motivação para praticar o que Omar Rincón classificava em contraponto às emissoras comerciais, ou seja, a chamada *pública*¹³: “a que privilegia o caráter público desse meio para superar a sua visão comercial e ganhar densidade como cidadã; a que nos relata como nos tornamos coletivo social”. (RINCÓN, 2002, p.28) Rincón foi o organizador do livro *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*, resultado de um encontro que se realizou no Canadá em 2000¹⁴, que reuniu estudiosos e profissionais latino-americanos, entre eles Jesús Martín-Barbero, Germán Rey Beltrán, Diego Portales Fuentes, Valerio Fuenzalida Fernández, Nora Mazziotti, Guillermo Orozco Gómez e Teresa Montero Otondo. Essa publicação se juntava a outras de diferentes continentes, muitos no Brasil, olhando essa televisão agora com enfoque e abrangência maior levando em conta as tecnologias e novos dispositivos que se juntam a ela numa verdadeira concorrência de telas.

Martín-Barbero defendeu naquele encontro que era preciso começar a compreender a televisão na sua ação social e no seu potencial comunicativo, para conseguir fazer dela um dispositivo de nossos interesses sociais e culturais. “Compreender a televisão significa nos compreendermos como sociedade, nos olharmos como cidadãos, nos pensarmos como público” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 25). A essa conceituação de Barbero, que remonta aos clássicos estudos da comunicação social, acrescentem-se as prerrogativas de independência e autonomia em relação a governos e mercado, e continuidade de projetos, o que não se assiste ainda na maioria das televisões públicas do Ocidente e tampouco no Brasil como demonstram os recentes acontecimentos políticos.

“Na democracia (...) uma emissora pública existe para garantir um direito que tem a sociedade à informação, à cultura, à expressão de suas diferenças, à tematização de suas carências e potencialidades e à livre comunicação de ideias”, escreveram Eugenio Bucci, Marco Chiaretti e Ana Maria Fiorini, em *Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea*, editado pela UNESCO, (Série Debates CI, nº 10, 2012).

¹¹ Expressão usada pelo Prof. Dr. Eugênio Bucci durante exame de qualificação em 14/04/2016, quando sugeriu balizar um pouco o que é TV pública.

¹² Em 2003 fui convidada pelo Secretário de Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, para assumir a presidência da Fundação Cultural Piratini Rádio e Televisão, mantenedora da TVE-RS e Rádio FM Cultura. Recebi o apoio do presidente do Conselho Deliberativo da FCPRTV, Daniel Herz, com quem me comuniquei antes de aceitar.

¹³ Grifo do autor.

¹⁴ International Public Television screening conferences (INPUT), organização internacional de caráter voluntário que atuava em favor de uma televisão pública cidadã. (cf. OTONDO, 2002).

Os autores fazem “uma depuração do conceito” de emissora pública que aqui resgato. Bucci, Chiaretti e Fiorini apontam três requisitos centrais que devem ser atendidos quando se trata do conceito de emissora pública: “em primeiro lugar, a *natureza pública* (do ponto de vista jurídico) *da propriedade da emissora* ela não pode ser propriedade direta de grupos privados, por definição”. Os autores afirmam que ela pode ser financiada por fundos que sejam abastecidos por entes privados, *mas não pode ser controlada por acionistas privados* (grifo dos autores) – ou não será pública. Também consideram que é decisivo que o financiamento das operações da emissora seja assegurado por regras públicas, de acordo com a legislação vigente e garantidas pelo Estado. No entanto, destacam, ela não pode estar subordinada ao governo, “mas deve ter sua existência assegurada pelas leis vigentes, inclusive quanto à sua forma de financiamento”. Segundo eles, é o ordenamento público que regulamenta a sustentabilidade da emissora pública. (Ibid, p.14). Em resumo, consideram, nesta depuração do conceito, que o *eixo central da ideia de emissora pública está na independência de sua gestão, em todos os seus aspectos* (Grifo meu).

Indo além da questão da independência, Martín-Barbero descreve no texto de 2002 os traços que fazem a diferença da televisão pública: “É televisão pública aquela que interpela o público, incluído o consumidor enquanto cidadão”. E completou: “A televisão pública acaba sendo, hoje, um *decisivo lugar de inscrição de novas cidadanias*,¹⁵ onde a emancipação social e cultural adquire uma face contemporânea”. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 57)

Passaram-se 15 anos dessas reflexões e percebemos que ainda não se afirma a comunicação pública independente e autônoma, como atestamos neste momento no Brasil. E não só em relação à TV Brasil. Basta olharmos as televisões mantidas pelos Estados. Seguindo ainda a sugestão dos meus avaliadores – Profs. Drs. Eugenio Bucci e Renato Seixas – e minha orientadora Profa. Dra. Cremilda Medina - vou adiante navegando com outros pesquisadores, pelo conceito de comunicação pública para tentar encontrar traços em comum na busca deste conceito, hoje em *crise de significação*. (Grifo meu)

Voltando ao presente imediato até o momento em que escrevo este texto, a expressão comunicação pública, segundo Eugenio Bucci, “tem servido de curinga dentro do jogo de cartas marcadas do clientelismo nacional: pode dar nome a qualquer mensagem do governo ou, principalmente, a favor do governo.” (2015, p. 39) A afirmação se comprova com o entra e sai de diretor-presidente em um curto espaço de tempo como se observou

¹⁵ Grifo do autor. MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisión Pública, televisión cultural: entre a renovação e a invenção. In: Televisión Pública: do consumidor ao cidadão. Friedrich Ebert Stiftung. S. Paulo, 2002.

entre maio e junho de 2016. Saída de Ricardo Melo, entrada de Laerte Rímoli, retorno de Melo. Este, ao reassumir faz um gesto de agrado a quem o nomeou, e de desagravo ao presidente que o exonerou. A TV Brasil gravou entrevista com Dilma Rousseff no dia 5 de junho. O fato gerou dois constrangimentos ao governo interino: o entrevistador foi Luiz Nassif, que havia sido afastado por Laerte Rímoli. A entrevista foi anunciada para ir ao ar na terça-feira, dia 7, às 22h, mas em seu lugar entrou um programa de música e nada foi anunciado. A entrevista acabou sendo transmitida pela TV Brasil, em parceria com a Rede Minas, Estado também governado pelo PT, no dia 9 de junho, quinta-feira, às 22h. A iniciativa poderia ser vista como uma revanche e um agradecimento. Na sequência, a EBC voltou a ocupar a atenção da mídia com notícias sobre o enxugamento da EBC e extinção da TV Brasil. Seria a resposta do presidente interino ao ato de desobediência de sua decisão?

Em resposta às notícias de extinção da TV Brasil, entidades como o Conselho Curador da EBC, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJP, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação entre outras organizações da sociedade civil saíram a campo para defender a “comunicação pública independente”. Criaram a *Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública* e inundaram as redes sociais com depoimentos de intelectuais - brasileiros e estrangeiros - defendendo a preservação da empresa.

A EBC também foi tema de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, numa ação conjunta das comissões de Cultura, de Legislação Participativa, e de Direitos Humanos e Minorias e do FNDC. Em contraponto, o diretor de jornalismo da EBC, Lourival Macêdo, nomeado para o cargo pelo já afastado Laerte Rímoli, em artigo na Folha de S. Paulo (27/06/2016, A3), com o título *O Sequestro da EBC*, fez duras críticas à atuação da EBC. “Espanta-me ver tanta ênfase naqueles que vociferam contra o "golpismo" e hoje defendem, com indignação, um pluralismo que não praticaram na EBC (Empresa Brasil de Comunicação) ao longo dos últimos anos. Houve, isso sim, o sequestro de uma empresa pública por um grupo que representa uma corrente de pensamento”, afirmou na abertura do texto. Jornalista oriundo da antiga Radiobrás onde atuou por 37 anos, Macêdo se apresentou como testemunha de que o jornalismo da EBC foi tomado pela militância política”. O diretor que se mantém no cargo mesmo depois da saída de Rímoli não poupa críticas à gestão que compartilha com Ricardo Melo, que retornou ao cargo de diretor-presidente. Segundo Macêdo, nos oito anos de existência da EBC ele é o primeiro diretor de jornalismo

oriundo do quadro permanente da empresas. “Os demais, inclusive Ricardo Melo, foram ‘importados do mercado’”, escreve.

A resposta viria, no mesmo jornal, seis dias depois com a entrevista do diretor-presidente Ricardo Melo para a colunista Mônica Bergamo. *TV Brasil é para dar voz a quem não tem, diz presidente da EBC* foi a chamada para a longa entrevista pingue-pongue em que o diretor-presidente faz uma defesa contundente da empresa, nega o aparelhamento, destaca os principais compromissos, e justifica a baixa audiência. (FSP, 03/07/2016, A9)

É preciso analisar aqui por que toda essa hecatombe aconteceu na emissora que seria a mais pública das brasileiras, quando se imaginava que o modelo escolhido garantiria sua continuidade e preservação dos anseios políticos? O que faltou para completar a lei de sua criação que garantisse a desvinculação ao governo incluindo aqui a escolha dos dirigentes apartada das ingerências políticas?

O texto de Germán Rey que integra o livro *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão* (2002) analisa o contexto das televisões públicas naquele momento, início do século 21, com algumas reflexões bastante oportunas para este momento brasileiro. O livro foi uma espécie de preparação para todas as discussões que decorreram dali em diante, até a realização do Fórum Nacional das TV’S Públicas. Era uma discussão que envolvia toda a América Latina, com exemplos e análises das televisões públicas em diversos países, como Chile, Peru, Argentina, México e Brasil. Rey escreveu:

O que se deseja assinalar é a ideia de tirar a televisão do domínio e da orientação hegemônica do Estado, levando-a para uma autonomia social e política. Isto destacaria a necessidade de independência e a pertinência de uma atenção contínua a um setor mutável e exigente. A televisão desestatizada, moderniza-se sua gestão, situando-a de maneira pró-ativa perante o futuro (REY, 2002, p.100).

Acrescenta-se outra dimensão problemática – se antes há a necessidade de separar governo de Estado, aqui na proposição de Rey de 2002, discute-se a retirada até mesmo do domínio hegemônico do Estado. Mas a Empresa Brasil de Comunicação criada pela Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, perdeu as chances de independência no artigo 13, que define:

O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído: I - de 1 (um) Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; II - do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva; III - de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; IV - de 1 (um)

Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e V - de 1 (um) Conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

Ou seja, a escolha dos principais gestores está a cargo do chefe do Governo, um dos temas que mereceu críticas de participantes do *Seminário do Conselho Curador*, como já referido.

As conclusões do livro *Televisão pública: do consumidor ao cidadão* reuniu as contribuições de todos os estudiosos (já citados) sobre televisão pública. Entre elas, ao traçar a diferença entre televisão pública e televisão de governo a que afirma que o caráter ‘público’ advém de quem é seu proprietário (o Estado) mais do que sua missão ou filosofia (servir o projeto ético da sociedade). “Portanto, as televisões carecem de um pensamento e de um projeto que correspondam a um conceito contemporâneo de democracia, cidadania, sociedade civil, consumo cultural, que lhes permita reinventar o caráter público a partir da televisão”. (2002, p. 330)

Essa instabilidade que se assiste ainda nas televisões públicas também moveu os estudos de Teresa Otondo no início de sua pesquisa para o projeto de doutorado em 2004, como revela em sua tese e livro¹⁶. Às questões por ela formuladas em relação à TV Cultura são oportunas assim como suas reflexões decorrentes: “Os Estatutos e o Conselho garantem a independência alardeada? Quais as bases da independência e da eficiência?” Na busca das respostas ela relata que “pelo contato frequente com as televisões da América Latina percebia que só as ‘leis’ não eram garantia suficiente de uma ‘boa televisão’. As contingências políticas e econômicas geravam instabilidade contínua e, portanto ‘má televisão’”. (OTONDO, 2002, P.23) E isso percebemos hoje que não mudou. Não mudou no Brasil e tampouco na América Latina, como o exemplo da Argentina com a saída da presidente Cristina Kirchner e a entrada de seu opositor Mauricio Macri. As manifestações para a preservação da TV Pública, canal Encuentro e Paka Paka também ganharam as praças na Argentina.

A pesquisadora Renata de Paula Trindade Rocha de Souza, em sua tese *Políticas Culturais e Televisão Pública: o processo de conformação da Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil* também se dedicou a conceituar as emissoras estatais e públicas baseada em diferentes posicionamentos, como os adotados por Bucci, Chiaretti e Fiorini relativo aos três requisitos para ser uma emissora pública (já citados). Souza distingue as

¹⁶ OTONDO, TERESA. *Televisão Pública, para quem e para quê?* São Paulo: Annablume, 2012.

emissoras estatais por possuírem propriedade e natureza jurídica vinculada diretamente ou indiretamente ao Estado; “gestão cotidiana subordinada a autoridades de um dos três poderes da República; e, por fim, programação limitada às duas condições anteriores, a serviço das necessidades de divulgação de correntes da lógica interna do Estado”. (SOUZA, 2014, p. 39). Para a pesquisadora, o conceito de “televisão pública” “possui uma perspectiva relacional, na qual suas principais determinantes dependem das condições intrínsecas da sociedade na qual este meio de comunicação se desenvolve. (Ibid, p. 40).

E são essas condições que buscamos para entender o ambiente que cerca as televisões públicas brasileiras. Para Bucci, quando subordinada à orientação da autoridade estatal, a emissora pública não é pública de fato; sua linha editorial, sua programação e sua visão de mundo tendem a ser capturadas pela óptica estatal ou governamental, o que a distancia irreversivelmente dos pontos de vista próprios da sociedade civil. “A subserviência ao poder público, nesse caso, mais do que nociva, é mortal. Impede a emissora de transmitir um olhar crítico em relação ao poder”¹⁷, afirma.

Me restringi neste texto aos conceitos de televisão pública, evitando entrar na complexidade da noção de comunicação pública. Como afirma Guilherme Fragas Nobre¹⁸ há um mosaico que corporifica a comunicação pública. Para ele, não basta que as mídias fiscalizem o governo e as universidades inovem junto com as empresas; o ideal é que todos os comunicadores públicos se fiscalizem uns aos outros, informem-se, debatam, mobilizem, engajem-se mutuamente. (2011, 262)

Diante dos últimos acontecimentos, atenta a todos os movimentos como sugere Nobre, e com base em fatos e observações aqui relatadas, reconhecemos que as emissoras públicas ainda não alcançaram o ideal de independência e autonomia que se apregoa, com consequentes descontinuidades provocadas pelas substituições de gestores, estreitamente vinculadas às trocas de governo.

¹⁷ BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? São Paulo: Novos estudos - CEBRAP no.88, Dec. 2010.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001#ntb

¹⁸ NOBRE, G.F. Capital Social, comunicação pública e deliberação: a gestação do capital comunicacional público. In Comunicação e política – Capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

Referências bibliográficas

BARBERO, Jesús Martín-. **Televisão pública, televisão cultural**: entre a renovação e a invenção.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas** - Uma avaliação contemporânea. Comunicação e Informação. Série Debates CI nº 10 – Junho 2012. Unesco. Representação no Brasil, 2012.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso**. A comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? São Paulo : Novos estudos - CEBRAP no.88, Dec. 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001#ntb

INNERARITY, Daniel. **A Transformação da Política**. Lisboa: Teorema, 2002.

MATOS, Carolina. **Mídia e política na América Latina** – globalização, democracia e identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

NOBRE, G.F. **Capital Social, comunicação pública e deliberação: a gestão do capital comunicacional público**. In Comunicação e política – Capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

OTONDO, Teresa Montero. **Televisão Pública: para quem e para quê**. São Paulo: Annablume, 2012.

REY, Gérman. **O cenário móvel da televisão pública**. Alguns elementos do contexto. In: **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friederich Ebert Stifung/ILDES , 2002.

RINCÓN, Omar. A televisão: o mais importante, do menos importante. In: **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friederich Ebert Stifung/ILDES , 2002.

Dissertações, teses, periódicos, documentos, sites e portais

ALENCASTRO, Catarina. **EBC cancela contrato polêmico com jornalista Sidney Rezende**. Rio de Janeiro: O Globo, 21 Mai. 2016.

AMADO, Guilherme. **EBC suspende exibição de entrevista de Dilma com Luís Nassif**. Rio de Janeiro: O Globo, 06 Jun, 2016. Disponível em:
<http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ebc-suspende-exibicao-de-entrevista-de-dilma.html> (acesso em 07/06/2016).

BRESCIANI, Eduardo. **TV Brasil programa entrevista com Dilma**. Rio de Janeiro: O Globo, 05 Jun. 2016, 10.

BUCCI, Eugênio. **TV Brasil: pública, estatal ou governamental?** São Paulo: Folha de São Paulo, 2 set. 2011, p. 2.

BUCCI, Eugênio. **Temer errou com a EBC**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 26 Mai. 2016, A2. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,temer-errou-com-a-ebc,10000053509>.

CRUVINEL, Teresa. **Futuro da EBC em risco**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 02 Jun. 2016, A3.

FOLHA de S. Paulo. **Chefe da EBC exonerado por Temer reassume**. São Paulo, FSP, 03 Jun. 2016, A6.

FOLHA de S. Paulo. **Canal chapa-branca**. São Paulo, 26 Jun. 2016, A2.

FREIRE, Rita. **A disputa pela EBC**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 16 Jun. 2016, A3.

JUNGBLUT, Cristiane. **Um mês depois – Foco de resistência, EBC é alvo do governo Temer**. Rio de Janeiro: O Globo, 12 Jun. 2016, 5)

MACÊDO, Lourival. **O sequestro da EBC**. São Paulo: Folha de S. Paulo 27 Jun. 2016, A3.

MORENO, Jorge Bastos. **Dilma e a televisão que dá traço**. Rio de Janeiro: O Globo, 11 Jun. 2016, 1 e 2.

O ESTADO de S. Paulo. **A TV chapa-branca**. São Paulo: OESP, 07 Jun. 2016. A2.

PERON, Isadora; AGUIAR, Gustavo. **Ex-presidente da EBC entra com ação no STF**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 19 maio, 2016, A5.

SEMINÁRIO Modelo Institucional da EBC – balanço e perspectiva. Documento Final – Sistematização de propostas e discussões. Brasília: Conselho Curador da EBC, Outubro 2015. Disponível em:

http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/documentofinal-seminarioebc.pdf.

SOUZA, Renata de Paula Trindade Rocha. **Políticas culturais e televisão: O processo de conformação da Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil**. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade do Instituto de Artes e Ciências) . Universidade Federal da Bahia, São Paulo, 2014.